



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. CUNHA BUENO)

DESARQUIVADO

ASSUNTO:

Altera a redação de dispositivo da Lei nº 4.117, de 1962, que "insti-
tui o Código Brasileiro de Telecomunicações".

DESPACHO: 02.08.95: APENSE-SE AO PL 112/95

A O A R Q U I V O

em 30 de agosto de 1995

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º

744

DE 19

95

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 744, DE 1995
(DO SR. CUNHA BUENO)



Altera a redação de dispositivo da Lei nº 4.117, de 1962, que "institui o Código Brasileiro de Telecomunicações".

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 112, DE 1995)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 117, DE 1973

(do Sr. Cunha Bueno)

PROJETO DE LEI Nº 744/95

Altera a redação de dispositivo da Lei nº 4.117, de 1962, que "institui o Código Brasileiro de Telecomunicações".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea e, do art. 38 da Lei nº 4.117/62, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38.

e) as entidades emissoras de radiodifusão poderão retransmitir, das dezenove horas às dezenove horas e trinta minutos, diariamente, exceto sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



JUSTIFICATIVA

Embora o objetivo do espaço destinado à "Voz do Brasil" seja o mais salutar, ou seja, divulgar as atividades dos Poderes Executivo e Legislativo, entendemos que a atual duração do programa, de 60 minutos, é longa demais, levando a que seus produtores divulguem resultados de jogos de futebol, de loterias - várias - e de outras tantas notícias, igualmente de pouca importância, numa evidente atitude de preencher o tempo destinado pela Lei 4.117/62.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1995.


Deputado CUNHA BUENO

PPR - SP

\\docs\pleunha



LEI Nº 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

CAPÍTULO V

Dos Serviços de Telecomunicações

Art. 38. Nas concessões e autorizações para a execução de serviços de radiodifusão serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas;

a) os diretores e gerentes serão brasileiros natos e os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Conselho de Telecomunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, para estas últimas funções.

b) a modificação dos estatutos e atos constitutivos das empresas depende, para sua validade, de aprovação do Governo, ouvido previamente o Conselho Nacional de Telecomunicações.

c) a transferência da concessão, a cessão de cotas ou de ações representativas do capital social, dependem, para sua validade, de autorização do Governo após o pronunciamento do Conselho Nacional de Telecomunicações.

(VETADO).

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País.

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

f) as empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei.

g) a mesma pessoa não poderá participar da direção de mais de uma concessionária ou permissionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.



LEI Nº 4.117 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1962

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações).

"Art. 38 — c)
.....

O silêncio do Poder concedente ao fim de 90 (noventa) dias contados da data da entrega do requerimento de transferência de ações ou cotas, implicará na autorização".
.....



LEI Nº 7.478, DE 2 DE JUNHO DE 1986

Dispõe sobre a transmissão do programa oficial referido na alínea e do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 — Código Brasileiro de Telecomunicações.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Poder Executivo, através do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal poderão, de comum acordo, autorizar a alteração, no período de 2 a 30 de junho de 1986, do horário de transmissão do programa oficial de informações referido na alínea e do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 — Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSE SARNEY
Marco Maciel



CÂMARA DOS DEPUTADOS



REQUERIMENTO

Defiro, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o
desarquivamento das seguintes proposições: PL's: 744/95,
831/95, 1664/96, 1766/96, 2006/96, 2007/96, 2266/96,
2426/96, 2588/96, 2674/96, 3034/97, 3155/97, 3364/97,
3566/97, 3676/97, 3694/97, 3695/97, 3885/97, 3997/97,
4666/98. Publique-se.

Em 17/03/1999 PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Deputado MICHEL TEMER,
Presidente da Câmara dos Deputados:

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento
Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o
desarquivamento dos seguintes projetos de lei de minha autoria:

PROJETOS 744/95, 831/95, 1664/96, 1766/96, 2006/96, 2007/96,
2266/96, 2426/96, 2588/96, 2674/96, 3034/97, 3155/97, 3364/97,
3566/97, 3676/97, 3694/97, 3695/97, 3885/97, 3997/97, 4666/98.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.


Deputado CUNHA BUENO

Caixa: 5

Lote: 73

PL N° 744/1995

8

SECRETARIA - GERAL DA M.	
Recebido	
Órgão	Plenário n.º 3019/99
Data:	17/3/99 Hora: 17:35h
Ass.:	Ponto:

17:35h